

Investimento em Capital Escolar e Processos Históricos de Mudança Social: Três gerações de estudantes angolanos em Portugal

Margarida Lima de Faria

Instituto de Investigação Científica Tropical – IICT, Portugal

margaridalf@iict.pt

Resumo

A evolução das gerações de estudantes angolanos a estudar em Portugal vem acompanhando a sucessão das mudanças sociais que caracterizam a história recente de Angola. O pesado legado deixado pelo colonialismo, no que toca a formação escolar das populações não-brancas, condicionou o acesso dessas populações ao ensino superior tendo sido necessário, no período que sucede a independência, empenhar todos os esforços na formação de quadros e, em simultâneo, na formação de formadores. Assim, muitos dos estudantes que ingressaram no ensino superior foram resgatados dos mais variados contextos sociais, sendo que a maioria provém de famílias com fraquíssima ligação à Escola. Contudo, existiam, à época, algumas famílias já escolarizadas acima da média, que mais não fizeram do que reproduzir essa situação, passando-a às novas gerações. Na presente comunicação comparar-se-ão esses “herdeiros” com os “novos estudantes” e o modo como construíram as suas trajetórias escolares, e como as foram articulando com os diferentes contextos de mudança da própria sociedade angolana.

Palavras-chave: ensino superior, mudança social, família

Investment in school capital and historical processes of social change: Three generations of Angolan students in Portugal

Abstract

The evolution in generations of Angolan students studying in Portugal has accompanied the succession of social changes in Angola's recent history. The heavy legacy left by colonialism in terms of the education of non-white populations conditioned their access to higher education. It was therefore necessary to put all efforts into staff and trainer training in the period after independence. Many students entering higher education were rescued from the most varied social contexts and the majority came from families with very weak connections to schooling. However, at that time there were some families with above-average education that did no more than reproduce their situation by passing it down to future generations. In this paper, I compare these “heirs” to the “new students” and how they built their school trajectories, and how these trajectories were intertwined with the different contexts of change in Angolan society itself.

Keywords: higher education, social change, family

Angola chega à independência (1975) com uma taxa bruta de escolarização de pouco mais de 33% (dados para 1973) (MED, 1995). Chega, também, à independência com uma parte (ínfima) da população escolarizada acima da média (elites intelectuais). Trata-se de uma população sobretudo branca (“civilizados”) e minoritariamente mestiça (os “assimilados”²). Estas antigas elites escolarizadas vão investir naturalmente na educação dos seus filhos reproduzindo o seu modelo e o seu lugar na sociedade angolana, sendo o ensino superior, em muitos dos casos, realizado em Portugal. A este grupo de estudantes denominámos de “herdeiros” usando o termo (e sentido) atribuído por Pierre Bourdieu e J.-C. Passeron na sua obra *Les Héritiers* (Bourdieu e Passeron, 1964) na qual estes são definidos como grupos estudantis com disposições para o ensino “herdadas”.

No período pós-independência, assiste-se ao ingresso no sistema de ensino de um novo tipo de estudantes angolanos oriundos de famílias (tradicionalmente) não escolarizadas, que para a sua prossecução (sobretudo para níveis médios e superiores) recebem “bolsas” do Estado angolano. Este investimento público em educação média e superior inscreve-se nos projetos de desenvolvimento das novas administrações socialistas (administrações 1975-1979 e 1979-1987) e sustentam-se em acordos celebrados com países politicamente alinhados. Na década de 1980, a atribuição de bolsas passa da coordenação do partido no poder (MPLA), para um modelo mais regulado, dependente do Estado – o Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE). Este investimento em bolsas de estudo atinge o seu auge durante a guerra civil angolana (de 1997 a 2001), em que as despesas do Estado com este apoio à formação, sobretudo no estrangeiro, constituem a componente mais importante dos custos em educação – depois dos gastos no ensino de base e na administração – representando cerca de 18% desses custos (Vinyals, 2002, p. 56). A este grupo de estudantes, encaminhados para o sistema educativo pelo Estado angolano, chamámos “bolseiros” e correspondem à geração mais velha do nosso estudo (tendo entre 35 anos e 55 anos).

Finalmente, hoje, fruto da escolarização da primeira geração e das mudanças estruturais do regime, no sentido da sua liberalização e abertura à economia global, e consequente redução da intervenção do Estado que cada vez mais prefere investir em bolsas para o ensino interno

1 De acordo com o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto-lei 39 666 de 1954), o branco era por nascimento “cidadão” e “civilizado”, enquanto que os negros e mestiços comprovando a sua “ilustração e hábitos”.

2 O “assimilado” teria de falar corretamente a língua portuguesa, exercer uma profissão, arte ou ofício que lhe assegurasse o rendimento necessário à sua manutenção e à das pessoas a seu cargo, ou possuir os meios suficientes para esse fim; ainda, deveria exibir uma boa conduta e adquirir a ilustração e os hábitos pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses e não podia ter sido notado com refratário ou desertor do serviço militar (art.º 56º) (Mateus, 1999, p. 22).

acompanhando a construção de universidades no território nacional, agora pacificado, surge um novo tipo de estudantes que designámos de “novos estudantes”, que chegam ao ensino superior português sobretudo com o apoio económico das famílias, que veem com otimismo o sucesso previsível desse investimento, otimismo próprio de um país em franco crescimento. É da comparação destas gerações que iremos sustentar a nossa análise relacionando-a com a própria evolução da estrutura social de Angola e da cooperação portuguesa neste domínio.

Esta passagem, histórica, da situação de “herdeiros” a “bolseiros” e destes à de “novos estudantes” reflete uma outra descontinuidade – também descrita por Bourdieu e Passeron – que se nos afigura especialmente interessante enquanto contributo para a reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma cidadania mais ativa e crítica em Angola, por via destas novas gerações escolarizadas, sobretudo das que tiveram acesso ao ensino fora do país.

Para Bourdieu é na família que se cruzam, reproduzem, reconvertem e herdamos determinados capitais. O autor, que cunhou o conceito de capital escolar relacionando-o com capital social, económico e simbólico, refere-se às “estratégias de reprodução” das famílias enquanto forma de assegurar a manutenção do seu património e através dele a sua posição na estrutura de relações de classe. Esta importância atribuída à formação escolar baseia-se na “esperança subjetiva de êxito e ascensão pela escola” que, no caso em estudo, contamina cada vez mais novos protagonistas da sociedade angolana. De acordo com o sociólogo, “conferir títulos escolares equivale não só a conferir direitos – mas também, e sobretudo, a conferir aspirações, sistemas e expectativas e projetos de mobilidade”. A chegada de novos atores à cena angolana e a possibilidade de mobilidade conferida aos novos profissionais, sobretudo residentes na capital e em meios urbanos, e às suas famílias, que beneficiam das novas oportunidades geradas pela globalização, criam novas oportunidades de inserção no ensino superior alicerçadas em aspirações de um novo tipo.

Estas mudanças históricas e suas consequências sociais e simbólicas foram identificadas através de entrevistas a estudantes angolanos que frequentam o ensino superior em Portugal; e a profissionais que, em Luanda, tendo realizado o ensino superior em Portugal (como “bolseiros”), já regressaram e se integraram no mercado de trabalho, estando a utilizar as competências adquiridas enquanto profissionais (uma parte significativa ligada ao ensino). Foram entrevistados setenta indivíduos: vinte e cinco da geração mais velha (“bolseiros”) – realizadas em Luanda – e quarenta e cinco indivíduos da geração mais nova (“herdeiros” e “novos estudantes”) – estas últimas realizadas nas cidades de Lisboa (30) e Porto (10). Tratando-se de um estudo exploratório e tendo-se optado por uma análise qualitativa, a metodologia de amostragem, não-probabilística, foi uma combinação de “amostra por conveniência” e amostra do tipo “bola de neve”. As entrevistas realizaram-se entre 2006 e 2010.

Da análise das entrevistas construíram-se as seguintes sínteses analíticas:

Os mais velhos “bolseiros”

- Adultos (com idades compreendidas entre os 35 e os 65 anos).
- Iniciaram a escolarização no período anterior à independência, tendo definido a sua trajetória superior no período pós-independência.
- Frequentaram o ensino superior durante o reacender da guerra civil (1992).
- Os seus percursos escolares foram erráticos, tendo sido forçados a interromper e, em muitas situações, a mudar de curso.
- Entraram para o ensino superior com uma idade superior à idade média europeia.

Os mais jovens: “herdeiros” ou “novos estudantes”

- Jovens ou jovens-adultos (com idades compreendidas entre 21 e 35 anos).
- Iniciaram a escolarização no período pós-independência.
- Os seus percursos escolares foram relativamente contínuos (ainda que possam ter sido forçados a passar um tempo em Portugal). Viveram o período da guerra civil durante a sua formação escolar primária e secundária, tendo alguns sido enviados, temporariamente, para Portugal após 1992 (sobretudo os rapazes para fugir ao recrutamento militar).
- Entraram para o ensino superior com uma idade equivalente à média europeia.
- Nalguns casos a sua passagem pelo ensino superior coincide (temporalmente) com a dos seus pais.

Da análise destas trajetórias de vida, foi possível constatar até que ponto estas novas gerações estudantis – quer sejam herdeiras do capital escolar familiar quer sejam recém-chegadas ao ensino em rutura com as trajetórias passadas dos seus ascendentes – estão hoje numa situação potencialmente mais autónoma (que a anterior dos “bolseiros” dependentes e em dívida com o Estado angolano), recentrando as suas trajetórias escolares e induzindo-lhes novas direções. Estes jovens, ou jovens adultos dos novos países africanos no contexto da liberalização económica, que como referem Comaroff e Comaroff no seu estudo sobre as juventudes africanas nos tempos coloniais e pós-coloniais, têm demonstrado uma capacidade de adaptação sem precedentes, manifesta na sua capacidade de circulação e de estabelecimento de ligações entre locais, através do espaço transnacional, estão na situação única de serem jovens em países africanos “jovens” e em franco crescimento económico, o que significa, só por si, terem possibilidades acrescidas de inventar o seu próprio fu-

turo (Comaroff & Comaroff, 2005). Esse “futuro” passa por um posicionamento crítico em relação às elites instaladas, e pelo modo como se veem a contribuir para o desenvolvimento do seu país.

Através das análises das trajetórias escolares e das vivências durante a sua estadia em Portugal, de uma para outra geração assiste-se à alteração do peso de redes de tipo político-partidário para as de tipo comunitário e logo para a crescente importância das predominantemente de tipo associativo ou mesmo das de tipo ainda mais fluído baseadas em suportes informáticos virtuais. Esta mudança configura uma outra que constitui-se como que uma passagem de um sentido coletivista (em que domina a entreajuda) para uma crescente possibilidade de “individualização” abrindo o “campo dos possíveis” aos jovens migrantes estudantis. Ermelinda Liberato (Liberato, 2012), que entrevista uma geração ainda mais jovem, refere ainda um outro sentido de mudança que inaugura a possibilidade de não-retorno e/ou de transferência sucessiva destes jovens a estudar fora de Angola, para outros contextos geográficos na prossecução das carreiras escolares sem fim à vista, o que mostra até que ponto as escolhas abertas aos indivíduos no contexto das novas relações sociais fora do país (no seu caso de estudo para Portugal e Brasil), em coincidência com uma maior abertura no que se refere à regulação quer do Estado quer mesmo das próprias famílias, poderá ainda resultar em novas formas de autonomia menos harmonizadas com os contextos sociais/familiares de origem.

Se o esforço de construção de laços familiares ou “comunitários” identificado pelo sociólogo João Peixoto, na análise das populações migrantes jovens, como um dos meios mais fortes de potenciar as relações sociais”, caracteriza-se “pelo altruísmo, a solidariedade e a dádiva”, já “os laços associativos são permeados pelo interesse egoísta dos indivíduos [...] [estabelecendo-se] nas trocas e no mercado de trabalho” (Peixoto, 2006, p. 14).

São essas possibilidades mais individualistas e potencialmente mais criativas que Bourdieu e Passeron atribuíam sobretudo aos “herdeiros” às quais se vem juntar o esforço e empenhamento na aquisição de um conhecimento que lhes venha a ser mais tarde útil (no caso francês da década de 1960), que tornam a saída do país especialmente importante para a formação da consciência, não apenas estudantil, mas para o ecletismo cognitivo e cultural destas novas gerações de angolanos. É que ligada a esta “cultura livre”, considerada por Bourdieu “condição implícita do sucesso universitário” (Bourdieu e Passeron, 1964, p. 32), está a construção de “capital social” hoje considerado fundamental para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Também é esta troca de benefícios e de relações de confiança, possibilitada pela pertença a essas redes coletivas (académicas ou outras) que garante a cooperação, e a confiança mútua, entre os atores sociais, a uma escala internacional.

Esta distinção entre “estudantes do Estado” e “estudantes das famílias” é, assim, fundamental para entender a sucessão das gerações assim como a trajetória educativa de Angola no que se refere ao ensino

superior com repercussões óbvias na constituição das suas futuras elites culturais e políticas. Se as elites no poder parecem, de acordo com os testemunhos dos entrevistados, apostar noutros países com um valor acrescentado nos *rankings* académicos à escala mundial (EUA, Reino Unido, França), já as classes médias angolanas ainda acreditam que Portugal tem as condições sociais (ligações familiares que perduram ainda desde a época colonial), académicas (prestígio das instituições de ensino superior), económicas e linguísticas que favorecem a integração dos seus. Ainda de acordo com os testemunhos dos jovens inquiridos este investimento familiar na educação escolar é-lhes transmitido deste a infância de forma relativamente rígida e em consonância com a sua formação moral. De acordo com a sua própria representação de si por comparação com os “outros” que vão para outros destinos, o modo como foram educados inculcou-lhes um sentido de responsabilidade e de serviço que parece distingui-los dos filhos dessas velhas e atuais elites.

Reflexões finais

Portugal talvez esteja a receber, comparativamente com outros países, os estudantes angolanos que melhor saberão aproveitar e enquadrar o capital escolar adquirido.

A articulação entre o processo agencial de envio (conduzido e gerido cada vez pelos próprios estudantes) e o processo estrutural de construção de condições de receção (logística e burocrática) afigura-se assim da maior importância na identificação das prioridades no acompanhamento político deste fenómeno.

Dado o reconhecimento desta situação, bem mais complexa do que os dados estatísticos evidenciam, esta deverá ser a base de ponderação das políticas de cooperação. A questão que se põe é em que medida Portugal estará a saber aproveitar esta população estudantil móvel, fixando-a e reproduzindo-a (o mesmo será dizer não se deixando ser substituído por outros destinos), em benefício da sociedade portuguesa, do próprio sistema de ensino português e da aproximação aos países de envio como plataforma de transição e negociação entre diferentes mundos. O sucesso da cooperação de Portugal, ao nível da educação universitária, depende da sua capacidade de alimentar a horizontalidade destas ligações sociais, alimentando e adensando estas “redes sociais” e as ligações históricas que entre os dois países se teceram muito para além dos acordos entre as duas nações. Ambos os países deverão tirar o máximo partido desta situação específica de mobilidade estudantil, ou de diáspora estudantil, utilizando estas redes para a transferência de conhecimentos e de competências com benefícios bilaterais.

A análise do papel de Portugal, como país de acolhimento destes estudantes universitários, e das redes que advêm dessa experiência, quer ao nível macro das nações quer ao nível micro dos indivíduos e das suas relações interpessoais, poderá dar assim um contributo decisivo

para a compreensão da posição relativa de cada país assim como para a definição de políticas de cooperação mais eficazes e sustentáveis, com benefícios para ambos os países.

Referências

- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1964). *Les héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Comaroff, J., & Comaroff, J. (2005). Reflections on youth from the past to the postcolony. In Honwana, A., & Boeck, F. de (Eds.), *Makers & breakers – Children & youth in postcolonial Africa* (pp. 19-30). Trenton, NJ: Africa World Press.
- Liberato, E. (2012). *Educação e desenvolvimento: A formação superior de angolanos em Portugal e no Brasil*. Tese de doutoramento não publicada.
- Mateus, D. (1999). *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da frelimo, mpla e paigc*. Editorial Inquérito. Mem Martins: Inquérito.
- MED, 1995. *Plano-Quadro Nacional de Reconstrução do Sistema Educativo (1995-2005)*, Ministério da Educação. Luanda.
- MED (1995). *Plano-quadro nacional de reconstrução do sistema educativo (1995-2005)*. Luanda: Ministério da Educação.
- Peixoto, J. (2006). Conclusões do seminário. In *Fórum Gulbenkian Imigração, Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da cplp – As Diásporas como Agentes de Desenvolvimento* (pp.13-18). Organização Internacional para as Migrações.
- Vinyals, L. (2002). *O financiamento público dos sectores sociais em Angola*. S. João do Estoril & Luanda: Principia e OIM (Organização Internacional para as Migrações).